

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

20 de janeiro de 2017|Número 033

BOLETIM informativo



FETEC **CUT**
Centro Norte

A única prosperidade sustentável é a prosperidade compartilhada

Joseph Stiglitz*
jornal La Repubblica

Nos últimos anos, encontrando-se em Davos, os líderes do mundo econômico e empresarial classificaram a desigualdade como um dos maiores riscos para a economia global, reconhecendo que se trata de uma questão econômica, além de moral. Não há dúvida de que, se os cidadãos não têm renda e progressivamente perdem poder aquisitivo, as corporações não terão como crescer e prosperar. O Fundo Monetário Internacional (FMI) é da mesma ideia e alerta que funcionam melhor aqueles países onde há menos desigualdade.

Se a maioria dos cidadãos sentem que não se beneficiam o suficiente dos proventos do crescimento ou que são penalizados pela globalização, acabarão se rebelando contra o sistema econômico em que vivem. Na realidade, depois do Brexit e dos resultados das eleições estadunidenses, devemos nos perguntar seriamente se essa rebelião já não começou. Aliás, seria totalmente compreensível. Nos Estados Unidos, a renda média de 90% dos mais pobres estagnou há 25 anos, e a expectativa de vida começou, em média, a diminuir.



Há anos, a Oxfam fotografa os níveis cada vez mais acentuados da desigualdade global e nos lembra que, em 2014, os super-ricos eram 85 – muitos dos quais estão presentes em Davos –, detendo a mesma riqueza da metade da população mais pobre (3,6 bilhões de pessoas). Hoje, quem detém essa riqueza são apenas oito pessoas.

(<http://www.carosamigos.com.br/index.php/economia/8966-oito-homens-tem-a-mesma-riqueza-que-os-3-6-bilhoes-mais-pobres-do-mundo>)

É claro, portanto, que, em Davos, a questão da concentração da riqueza nas mãos de pouquíssimos continuou tendo espaço. Só para alguns ela continua sendo uma questão moral, mas para todos é uma questão econômica e política que põe em jogo o futuro da economia de mercado do modo como a conhecemos. Há uma pergunta que assombra, sessão após sessão, os membros do Fórum: “Há algo que as corporações podem fazer em relação à chaga da desigualdade, que coloca em risco a sustentabilidade econômica, política e social do nosso democrático sistema de mercado?”. A resposta é sim.

A primeira ideia, simples e eficaz, é que as corporações paguem a sua justa cota de impostos, uma peça imprescindível da responsabilidade empresarial, deixando de recorrer a jurisdições fiscais facilitadas. A Apple poderia sentir que foi injustamente posta na mira dentre tantas, mas, no fundo, apenas se esquivou um pouco mais do que outros. Renunciar a jurisdições secretas e a paraísos fiscais societários, estejam eles no país ou offshore, no Panamá ou nas Ilhas Cayman no hemisfério ocidental, ou na Irlanda e em Luxemburgo na Europa. Não encorajar os países em que se opera para participar como protagonistas da prejudicial corrida ladeira abaixo sobre a tributação dos lucros das empresas, em que os únicos a perder realmente são os pobres em todo o mundo.

É vergonhoso que o presidente de um país se orgulhe de não ter pago os impostos por quase 20 anos – sugerindo que são mais espertos aqueles que não pagam – ou que uma empresa pague 0,005% de imposto sobre os seus lucros, como fez a Apple. Não é coisa de espertos, é imoral.

A África sozinha perde 14 bilhões de dólares em receita por causa dos paraísos fiscais usados pelos seu super-ricos: a esse respeito, a Oxfam estimou que o número seria suficiente para pagar os custos de saúde para salvar as vidas de quatro milhões de crianças e empregar um número de professores suficientes para mandar para a escola todas as crianças daquele continente.

Há, depois, uma segunda ideia igualmente fácil: tratar os próprios empregados de modo digno. Um empregado que trabalha em tempo integral não deveria ser pobre. Mas é o que acontece: no Reino Unido, por exemplo, vivem na pobreza 31% das famílias em que há um adulto que trabalha. Os mais altos gestores das grandes corporações estadunidenses levam para casa cerca de 300 vezes o salário de um empregado médio. É muito mais do que em outros países ou em qualquer outro período da história, e essa tesoura enorme não pode ser explicada simplesmente pelos diferenciais da produtividade. Em muitos casos, os administradores embolsam enormes somas apenas porque nada os impede de fazer isso, mesmo que isso signifique prejudicar os outros empregados e, a longo prazo, comprometer o próprio futuro da empresa. Henry Ford tinha entendido a importância de um bom salário, mas os dirigentes de hoje perderam o conhecimento disso.

Por fim, há uma terceira ideia, cada vez mais fácil, mas mais radical: investir no futuro da empresa, nos seus empregados, em tecnologia e no capital. Sem isso, não haverá trabalho, e a desigualdade só vai crescer.

Atualmente, ao contrário, uma parcela cada vez mais consistente de lucro acaba com os acionistas ricos. Um exemplo dentre todos vem da Grã-Bretanha, onde, em 1970, iam aos acionistas 10% dos lucros da empresa; hoje, são 70%.



Historicamente, os bancos (e o setor financeiro) desempenharam a importante função de recolher a poupança das famílias para investir no setor empresarial para construir fábricas e criar postos de trabalho. Hoje, nos Estados Unidos, o fluxo líquido de dinheiro faz exatamente o caminho contrário.

No ano passado, Philip Green, magnata britânico do varejo, foi acusado por uma comissão parlamentar de não ter investido o suficiente na sua empresa e por ter buscado o seu próprio ganho pessoal, chegando à falência e a um déficit previdenciário de 200 milhões de libras. Por mais que ele fosse incensado e adulado pelos governos que se sucederam, promovido a cavaleiro do reino e considerado um farol da economia britânica, aquela comissão parlamentar não poderia escolher palavras mais exatas ao defini-lo como “o rosto inaceitável do capitalismo”.

As multinacionais sabem que o seu sucesso não depende apenas das leis da economia, mas também das escolhas de política econômica que cada país faz. É por isso que elas gastam tanto dinheiro para fazer lobby. Nos Estados Unidos, o setor bancário exerceu o seu poder de influência para obter a desregulamentação, atingindo o próprio objetivo. Os contribuintes obrigados a pagar uma conta salgada por aquilo que aconteceu depois sabem algo a respeito.

Ao longo dos últimos 25 anos, em muitos países, as regras da economia liberal foram reescritas, com o resultado de reforçar o poder do mercado e de fazer explodir a crise da desigualdade. Muitas corporações, depois, foram particularmente hábeis – mais do que em qualquer outro campo – em desfrutar de uma renda de posição – ou seja, em conseguir garantir uma fatia maior da riqueza nacional, exercendo um poder monopolista ou obtendo favores dos governos.

Mas, quando os lucros têm essa origem, a própria riqueza de uma nação está destinada a diminuir. O mundo está cheio de empresas lideradas por homens iluminados que entenderam que a única prosperidade sustentável é a prosperidade compartilhada. Portanto, não usam a própria influência para orientar a política a fim de manter uma determinada posição de renda financeira. Eles entenderam que, nos países onde a desigualdade cresce desmedidamente, as regras terão que ser reescritas para favorecer investimentos de longo prazo, um crescimento mais rápido e uma prosperidade

Tradução de Moisés Sbardelotto

*Economista, professor da Columbia University e ganhou o prêmio Nobel de Economia de 2001

<http://www.carosamigos.com.br/index.php/economia/8995-a-unica-prosperidade-sustentavel-e-a-prosperidade-compartilhada>

“Os ninguéns”



Eduardo Galeano

As pulgas sonham em comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico de sorte chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chova ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os dono de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:
Que não são embora sejam.
Que não falam idiomas, falam dialetos.
Que não praticam religiões, praticam superstições.
Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não são seres humanos, são recursos humanos.
Que não tem cultura, têm folclore.
Que não têm cara, têm braços.
Que não têm nome, têm número.
Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

<http://www.revistapazes.com/2200-2/>



Nota

Fetec-CUT/CN denuncia prisão política de Guilherme Boulos em SP

Coordenador do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) é preso em operação violenta da PM paulista. Foi solto depois de prestar depoimento por 10 horas.

A Federação dos Bancários do Centro Norte (Fetec-CUT/CN) condena veementemente a prisão arbitrária do coordenador do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) de São Paulo, Guilherme Boulos, feita pela PM do governador Geraldo Alckmin nesta terça-feira 17 de janeiro quando acompanhava 700 famílias que foram alvo de uma reintegração de posse de um terreno em São Mateus, na zona leste da capital paulista.

A prisão de Boulos é uma clara perseguição política e representa mais um passo na escalada da repressão aos movimentos sociais desencadeada pelo governo ilegítimo de Michel Temer e pelos governos estaduais que participaram do golpe.

A repressão se torna mais violenta à medida que o governo aprofunda os ataques aos direitos dos trabalhadores e aos programas sociais, ao mesmo tempo em que se atola na lama das denúncias crescentes de corrupção envolvendo o presidente não eleito e seus ministros e assessores.

O aumento da repressão foi previsto pelo próprio líder do MTST na [palestra que concedeu no dia 29 de novembro último na Assembleia Geral Ordinária da Fetec-CUT/CN](http://www.feteccn.com.br/noticia/desafio-dos-sindicatos-e-movimentos-sociais-e-trazer-os-trabalhadores-para-a-luta-contra-o-desmonte-de-temer/) (<http://www.feteccn.com.br/noticia/desafio-dos-sindicatos-e-movimentos-sociais-e-trazer-os-trabalhadores-para-a-luta-contra-o-desmonte-de-temer/>) realizado em Brasília, quando denunciou que o governo golpista promove “uma verdadeira desconstituente, porque está destruindo o que a Constituição de 1988 tem de melhor, que é a noção do Estado de bem estar social”.

Ao mesmo tempo em que denuncia a violência contra os trabalhadores e o povo brasileiro, a Fetec-CUT/CN manifesta irrestrita solidariedade ao coordenador do MTST e exige Liberdade para Guilherme Boulos já!

A direção da Fetec-CUT/CN

Artigo

A prisão de Boulos é mais um capítulo da criminalização dos movimentos sociais

Olimpio Rocha

A prisão de Guilherme Boulos, militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), nesta manhã, em São Paulo, é perfeitamente sintomática do que se denomina criminalização dos Movimentos Sociais, senão vejamos:

- 1 – Com base, na maioria das vezes, em duvidosos documentos cartorários que mal atestam a *propriedade* de determinada área ocupada, os juízes, em geral, concedem liminar de reintegração de *posse* aos autores dessas ações;
- 2 – Os ocupantes, se estiverem em área urbana, geralmente já têm levantado casinhas de alvenaria; se estiverem na zona rural, já têm plantado ali culturas diversas, dando cumprimento à função social constitucional da propriedade, solenemente ignorada pelos supostos donos das áreas antes de se depararem com as ocupações que resolveram questionar judicialmente;
- 3 – Mesmo assim, concedida a liminar de reintegração, os ocupantes são obrigados a deixar a área sem sequer serem ouvidos em audiência de justificação prévia, sem que se lhes dê a chance de provar que os autores das possessórias, se é que têm a posse indireta da área ocupada, porque supostamente são proprietários dela, não a exercem diretamente, o que suscita fundadas dúvidas acerca da legitimidade deles para figurar no polo ativo destas ações;
- 4 – Muitas vezes, ao longo da instrução processual, os ocupantes conseguem provar que aqueles documentos que outrora embasaram a concessão da liminar são ilegítimos, seja porque não estão em nome do autor das ações, seja porque são forjados, grilados etc., sendo, portanto, incapazes de provar a posse legal, requisito para que se conceda a reintegração;
- 5 – O grande problema é que, uma vez saneado o processo, depois da contestação, e eventualmente restando comprovado que o autor, suposto proprietário-possuidor, não tinha condições para ação, o despejo já foi feito, as casinhas já foram derrubadas e as culturas já foram queimadas!
- 6 – No final de tudo, portanto, pode ser que se tenha uma sentença de improcedência da ação, mas aquilo que foi duramente construído/plantado pelos ocupantes já não existirá, destruído que terá sido pela PM. Como recuperar isso? Impossível, infelizmente!
- 7 – É de se apontar que, não raro, os autores destes pedidos de reintegração de posse, vulgarmente conhecidos como “despejos”, são intimamente ligados ao Poder Político local, verdadeiros laranjas dos edis, secretários municipais e/ou estaduais e até dos prefeitos e governadores, que, uma vez investidos nos seus respectivos cargos, particularizam os terrenos públicos como se seus fossem. Isto, aliás, é de conhecimento amplo por parte do Judiciário, que queda inerte, mesmo diante dessa pouco republicana mistura entre o que é do povo e o que é particular;
- 8 – Essa realidade é notadamente dura e vil nos Estados mais periféricos, como aqui na Paraíba, em que a contratação de jagunços violentos, como verdadeiros cangaceiros pós-modernos, acontece de forma natural, à luz do dia, com o fito de expulsar as famílias ocupantes as quais, como dito, nada mais fazem que dar cumprimento à função social da propriedade, esquecida pelos seus algozes;
- 9 – Dito isto, quando um militante como Boulos se coloca à frente de uma negociação com a PM para impedir uma reintegração temerária, acaba acusado de desacato, desobediência, é preso em flagrante por isso, e posteriormente denunciado pelo Ministério Público, rumo a uma condenação judicial;
- 10 – Como bem pontuou Francisco Toledo, ao se prender e criminalizar o interlocutor do Movimento Social, aquela pessoa que, teoricamente, é protegida pelo seu status, “a tendência é de profunda radicalização dos dois lados – a massa que já é criminalizada e reprimida; e o Estado que já é autoritário”, o que aponta, tristemente, para a falta de solução viável para o problema; Eis aí a criminalização! Como superá-la?

* Mestrando em Direito Econômico pela UFPB, especialista em Direito Público pela UNIDERP, Professor de Direitos Humanos e Direito Processual Civil na União de Ensino Superior de Campina Grande (UNESC), Membro da Renap, Membro do Comitê Estadual de Prevenção à Tortura na Paraíba, Advogado do MST e do MTST na Paraíba.

<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/01/17/prisao-de-boulos-e-mais-um-capitulo-da-criminalizacao-dos-movimentos-sociais/>

Menos Estado de bem-estar social leva a mais Estado penitenciário

Laura Carvalho*



Presos ocupam telhado do presídio de Alcaçuz, na cidade Nísia Floresta, durante rebelião na maior penitenciária do RN

Depois de 134 mortes registradas nos últimos 15 dias em prisões brasileiras, o presidente Michel Temer anunciou na terça-feira (17) a liberação das Forças Armadas para atuar em presídios estaduais, lembrando os tempos da monarquia, que reservava ao Exército tarefas típicas dos capitães do mato, como a prisão de escravos em fuga.

Além da falta de preparo dos militares para esse tipo de situação, a medida recebeu a mesma crítica que o anúncio da abertura de novas vagas em prisões feito anteriormente: nenhuma delas ataca a origem do problema.

Como bem descreveram Julita Lemgruber e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo no artigo "Show de horrores" publicado nesta **Folha** em 10/01/2017, (<http://m.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/01/1848425-show-de-horrorres.shtml?mobile>) não há solução estrutural para o problema prisional que não passe pela redução do número de presos provisórios, cuja maior parte está presa ilegalmente, e pela revisão da atual política de drogas, que, além de superlotar presídios com usuários e pequenos traficantes, confere cada vez mais poder a facções criminosas.

A experiência internacional aponta uma terceira precondição para evitar o problema da superlotação carcerária, algo que certamente não está no horizonte do governo Temer ou, o que é ainda mais grave, do debate político-econômico brasileiro atual.

Conforme sugere o estudo empírico seminal dos sociólogos Katherine Beckett e Bruce Western, que utiliza dados dos Estados norte-americanos entre 1975 e 1995, a taxa de encarceramento costuma ser maior onde o Estado de Bem-Estar Social é mais fraco.

A conclusão dos autores é que a redução dos programas sociais nos EUA durante os anos 1980 e 1990 refletiu a emergência de um novo sistema de administração do que chamam de "a marginalidade social". O achado vai na linha do que havia exposto o sociólogo Loïc Wacquant em "As prisões da miséria".

Em vez da redução da intervenção estatal na vida social, a opção por "menos Estado" econômico e social, que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva nos vários países, leva à necessidade de "mais Estado" policial e penitenciário.

As evidências apresentadas por Richard Wilkinson e Kate Pickett no best-seller "The Spirit Level", publicado em 2009, parecem conferir generalidade a tais argumentos. Os dados compilados para um conjunto de países ricos indicam que, quanto maior o nível de desigualdade, maior também é a taxa de encarceramento por habitante.

O cruzamento de dados mais recentes de encarceramento apresentados pelo ICPR (Institute for Criminal Policy Research) com o índice de Gini divulgado pelo Banco Mundial sugere que essa relação positiva vale para o conjunto de países do G20 e que o Brasil não foge à regra.

Em uma sociedade como a nossa, que nunca deixou de estar entre as mais desiguais do mundo, a opção por medidas de redução estrutural da rede de proteção social, em vez da via da tributação mais justa e do fortalecimento do Estado de bem-estar social, renova a escolha por uma abordagem exclusivista e punitivista de administrar a marginalidade social.

A proteção aos mais vulneráveis sempre pode caber no Orçamento, mas o genocídio jamais caberá na civilização.

Enquanto a insustentabilidade do sistema previdenciário em meio à elevação da expectativa de vida for vista pela maioria como mais dramática do que a insustentabilidade de um sistema penitenciário em meio à produção de um número cada vez maior de excluídos, estaremos condenados à barbárie.

*Professora do Departamento de Economia da FEA-USP com doutorado na New School for Social Research (NYC).

<http://m.folha.uol.com.br/colunas/laura-carvalho/2017/01/1850906-menos-estado-de-bem-estar-social-leva-a-mais-estado-penitenciario.shtml>



Análise

Uma "Terceira Via" social e econômica é possível no Brasil?

Uma alternativa equidistante entre o Estado Leviatã e o deus mercado foi traída por seus adeptos ao longo do tempo

Alfredo Bosi*

Gustav Doré - A Divina Comédia de Dante Alighieri



O inferno de Dante, também chamado Brasil

Pouco antes de ter chegado ao final da sua viagem pelos reinos do Além, Dante avista do Paraíso o nosso planeta. E desta nossa Terra não fala senão em um verso terrível: "O canteiro que nos faz tão ferozes". Era o exilado que, traído pelos aliados e condenado à perda de cargos públicos, estendia a sua indignação a todos os seres humanos, não excluindo nem mesmo a si próprio.

A ambição do poder sobre a morada comum excita em cada indivíduo a mais cruel agressividade e "nos faz tão ferozes". Como resposta à traição, o poeta voltou-se para a utopia de um imperador justo e justiceiro, no caso, Henrique VII, idealizado como salvador da Itália e moderador, em nome do Sacro Império, das pretensões do papado. Recorrendo à utopia, Dante punirá exemplarmente seus adversários, lançando-os ao Inferno. A poesia resistia eticamente às práticas cínicas da política facciosa da burguesia florentina. Esta, por sua vez, alienava os que pertenciam ao "povo miúdo" para se servir deste como massa de manobra.

Impedido de exercer seus direitos de cidadão, condenado injustamente como vereador corrupto, o poeta toma distância da pequenez das facções, os "brancos" e os "negros", convertendo na mais alta poesia a sua sede de justiça.

Essa via ideal, que exprime a fidelidade aos valores primeiros, éticos ou religiosos, não foi certamente o caminho traçado, três séculos mais tarde, pelo fundador da ciência política moderna, o também florentino Maquiavel.

Expulso da sua cidade pelos Medici, aos quais serviu mais de uma vez, Maquiavel centrou baterias no que chamava "a verdade efetiva das coisas", "*la verità effettuale della cosa*".

Para tanto, estudou os regimes das comunas e das senhorias italianas, bem como das grandes monarquias que se combatiam sem cessar na Europa entre os séculos XV e XVI. O que interessava a Maquiavel era a prática dos que tinham alcançado e mantido o poder, ora com a força do leão, ora com a astúcia da raposa.

Como observador rigoroso, examinou os interesses que moviam os projetos dos chefes de Estado, os "príncipes", os mesmos interesses que o marxismo de Antonio Gramsci iria atribuir aos políticos enquanto porta-vozes da sua classe social.

O chamado realismo maquiavélico, oposto ao idealismo utópico de Dante, é o caminho trilhado pelos vencedores, que tendem a agir como tiranos, disfarçando com astúcia os abusos da sua força.

Basta olhar para o cenário político contemporâneo a nós, neste início do terceiro milênio, para constatar que essa última escolha se tornou geral no Brasil, mas não só aqui. O realismo degenerou em cinismo descarado. A força confundiu-se com o uso da violência pura e crua.

A astúcia não é mais do que um misto de esperteza e hipocrisia. As aspirações de democracia, tolerância e justiça social mal conseguem sair da esfera do utopismo idealista.

A saída não é fácil, pois exige uma rara combinação seletiva das duas vias em contraste. Difícil, mas absolutamente necessária, a solução para o impasse talvez se alcance na seleção das qualidades que se encontram em cada uma das opções. Da posição utópica devem ser mantidos e preservados os valores éticos de justiça distributiva e liberdade democrática.

Do realismo deve-se colher o uso de meios políticos e econômicos para atingir os fins do bom governo. Da opção idealista provém a esperança, sempre renascente, de que é possível harmonizar a sobriedade nos gastos públicos com as conquistas sociais do século passado.

Sobriedade e bom senso aqui não devem se enrijecer nos dogmas da austeridade monetarista. Da opção realista, a certeza de que a Terceira Via passa por um longo trabalho de educação política do eleitor e dos eleitos.

Ficariam assim descartados os ideólogos que vivem mergulhados em fantasias verbosas, bem como os que já se afundaram na armação de golpes de todo gênero.

A pergunta crucial que o leitor tem o direito de fazer é: mas essa combinação virtuosa de ideal e real é possível? Lembro que o projeto de uma Terceira Via equidistante do Estado Leviatã e do mercado todo-poderoso foi tentada, embora parcialmente, ao longo do século XX.

Chamou-se Estado do Bem-Estar na Suécia; Trabalhismo na Inglaterra; Democracia-Cristã na Itália e na Alemanha, e compareceu nos programas reformistas e social-democráticos da França do imediato pós-Guerra.

A infidelidade dos seus adeptos aos valores que, de início, os norteavam descambou em recaídas no mais pífio neoliberalismo. O que resta dos programas de centro-esquerda na Europa de hoje? Que partido político procura tornar viáveis, em termos leigos, as ponderações emanadas do Concílio, propostas nos documentos dos anos 60, abertas à legislação trabalhista e aos princípios da Economia Humana formulados pelo Padre Lebreton em obras memoráveis? Que agremiação social-democrática tem se mostrado sensível aos apelos do papa Francisco no sentido de uma reforma socializante do sistema econômico dominante? Estarão os cristãos progressistas a pregar no deserto?

Na verdade, a Terceira Via ainda está à espera de uma construção racional que guarde no seu bojo a exigência ética de um Dante Alighieri e o realismo arguto de um Maquiavel. Gestores sem política social são tão desastrosos quanto políticos sem pés no chão...

Ao chegar ao fim deste ano fecundo em surpresas estupefacentes, devemos respirar fundo, pois a tentação do ceticismo ronda milhões de cidadãos brasileiros em face do triunfo do mais grosseiro oportunismo que parece ter tomado conta da nossa vida pública, atingindo boa parte da mídia. Cada vez fica mais claro que resistir às sedução malsãs do capitalismo rentista é bem mais difícil do que se entregar a elas.

A divisa dos que confiam em uma Terceira Via poderia ser a frase da Escritura, *Spes contra Spem*: a esperança verdadeira contra as ilusões de uma falsa esperança.

*Professor emérito da Universidade de São Paulo, crítico e historiador de literatura brasileira, integrante da Academia Brasileira de Letras.

<http://www.cartacapital.com.br/revista/933/uma-terceira-via-social-e-economica-e-possivel-no-brasil>



Incêndios adormecidos

Que neste 2017 o movimento popular saiba alimentar as chamas da revolta e fazê-las tomar as ruas do Brasil, de norte a sul.

*Luis Felipe Miguel**

A noite que desce sobre o Brasil se anuncia longa. Não se vê na conjuntura atual qualquer caminho para brincar do jogo do contente. O golpe de maio e agosto mostrou que o movimento popular e o campo progressista são ainda mais frágeis do que tínhamos. Enquanto a coalizão regressista no poder impõe com rapidez seu programa antipopular e antinacional, a resistência engatinha. No momento, ainda não é possível sequer vislumbrar qual saída conseguiremos construir. É possível que o golpe nunca acabe, que simplesmente deslize para uma “normalização” cujos limites só conheceremos quando forem testados, ou que acabemos chegando a uma transição ainda mais ambígua e limitada do que aquela que nos tirou da ditadura militar.

Com tudo o que vem acontecendo no Brasil, não conseguimos sequer nos desvencilhar por completo de velhas ilusões. Nos lados da esquerda, ainda se alimenta muita esperança no processo eleitoral, como se uma eventual maioria conquistada em 2018 tivesse o condão de dissipar o golpe. E ainda há muita crença no poder da lei – crença que há, de fato, um limite ao retrocesso, imposto pelo arcabouço institucional que se consolidou no país a partir da carta constitucional de 1988. No entanto, se há algo que o golpe demonstrou com clareza é que os limites legais à reação foram destruídos pela voracidade com que o programa antipopular se faz implantar.

A retirada da presidente escolhida pelo voto popular, sem respaldo na legislação, é grave em si mesma. Mostra que as classes dominantes brasileiras decidiram que não vale mais a pena respeitar os rituais da democracia eleitoral – que assumem a prerrogativa de tutelar a escolha das urnas. Não se trata, como o governo do usurpador demonstra todos os dias, apenas de definir quem ocupar uma cadeira no Palácio do Planalto. Retirar do voto popular seu poder é retirar a chance de que os governantes respondam, um pouco que seja, aos interesses das maiorias.

Em menos de nove meses de desgoverno, Michel Temer já acumula uma longa folha de serviços prestados ao retrocesso no Brasil. A emenda constitucional que congela o investimento social é o item mais impactante. Sem ter obtido a legitimidade para governar por um mandato, tomou decisões que valem por cinco e que, prejudicando gravemente a educação, a saúde, a cultura e a ciência, preservam o orçamento público para a remuneração do rentismo. A emenda põe o investimento social no freezer e, no mesmo movimento, reafirma que a dívida pública é intocável. Em suma, aponta para um país em que todos pagam impostos, mas o retorno em serviços públicos é mingauado, para garantir que quem ganha com a especulação financeira não tenha o risco de perder. É a tributação a serviço da concentração da riqueza.

Em paralelo, há o anunciado desmonte do SUS e o estrangulamento da educação pública – com o subfinanciamento das universidades e a reforma do ensino médio. É um modelo em que o trabalhador deve comprar, de provedores privados, saúde e educação de qualidade precária, assim devolvendo ao capital uma parcela maior de seus ganhos. A projetada criação de “planos de saúde populares”, com baixíssima proteção a seus clientes, faz parte do cenário.

Outra prioridade do governo, a reforma da previdência social retira direitos de praticamente todos, em variados graus. Determina o fim da aposentadoria do trabalhador rural, que foi um dos principais ganhos sociais da ordem instituída com a Constituição de 1988. Amplia o tempo de contribuição e faz a esperança da aposentadoria encostar na expectativa de vida. Reduz os benefícios. Retira a compensação a que as mulheres fazem jus pela dupla jornada de trabalho –

exatamente no momento em que a retração do gasto público faz com que aumente a parcela de responsabilidades assumida pela família, isto é, pelas mulheres.

Está no forno a reforma das relações de trabalho que, na prática, decreta o fim de toda a legislação trabalhista. O monopólio estatal sobre o petróleo foi quebrado. Avançam os projetos de criminalização da docência. A repressão policial está em alta. Projeta-se a revisão da concessão de terras aos povos indígenas. Nem vale a pena fazer uma lista completa: o governo Temer nos leva a uma espiral de depressão. E mesmo da bandeira que levou tantos a desejarem a queda de Dilma Rousseff, a luta contra a corrupção, não sobra nada. Em maio de 2016 já era difícil que alguém não visse a sujeira que cercava Michel Temer, seu círculo íntimo (Geddel, Yunes, Moreira Franco, Jucá, Padilha) e seus aliados do PSDB. Hoje, nem a velhinha de Taubaté pode dizer que não sabe.

A reação nas ruas é fraca. Os longos anos de desmobilização deliberada dos governos petistas estão cobrando caro a fatura. Isso não quer dizer que não exista uma insatisfação crescente com o governo que nasceu do golpe. Mesmo a enorme cortina de desinformação que cercou a emenda de congelamento do gasto público não foi capaz de evitar que se construísse uma sólida maioria contra ela. O gigantesco descontentamento com a reforma da previdência é evidente para qualquer um que converse na feira, no ônibus, na fila do banco. De maneira geral, tudo o que o governo Temer está fazendo já foi recusado pelo povo brasileiro quando ele pôde opinar: entrega do petróleo, desproteção ao trabalho, renúncia do Estado ao combate à desigualdade.

Essa insatisfação popular crescente é como um incêndio adormecido. Que neste 2017 o movimento popular saiba alimentar as chamas da revolta e fazê-las tomar as ruas do Brasil, de norte a sul.

* Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades – Demodê, que mantém o Blog do Demodê, onde escreve regularmente. Autor, entre outros, de *Democracia e representação: territórios em disputa* (Editora Unesp, 2014), e, junto com Flávia Biroli, de *Feminismo e política: uma introdução* (Boitempo, 2014). É um dos autores do livro de intervenção *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. Ambos colaboram com o Blog da Boitempo mensalmente às sextas.

<https://blogdaboitempo.com.br/2017/01/06/incendios-adormecidos/>



Acontecendo

Fetec-CUT/CN completa nesta quinta 27 anos de lutas e conquistas

Fundada em 19 de janeiro de 1990, maior federação de bancários do país em base territorial foi fundamental para a consolidação da unidade nacional da categoria

A Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN) completa 27 anos nesta quinta-feira 19 de janeiro. Com 12 sindicatos filiados em 8 estados e sede em Cuiabá (MT), é a maior federação de bancários do país em extensão territorial, com atuação fundamental na consolidação da unidade nacional e nas lutas e conquistas da categoria nesse período.

“A Fetec chega aos seus 27 anos em um momento muito difícil da nossa história, em que um governo ‘não eleito’ representante dos interesses do grande capital, que assumiu após um golpe político-jurídico-midiático, está empenhado em destruir direitos históricos dos trabalhadores e conquistas sociais alcançadas em muitas décadas de luta”, afirma José Avelino, presidente da Federação.

“Ao mesmo tempo em que temos que nos orgulhar do nosso passado e nossa história de lutas e conquistas, assumimos o compromisso de prosseguir o trabalho incansável de organização e mobilização dos bancários do Centro Norte em defesa dos nossos direitos, da democracia e da construção de um Brasil desenvolvido e com justiça social”, acrescenta Avelino.



Solenidade realizada em 2015, reuniu todos os presidentes da Fetec-CUT/CN

A Fetec-CUT/CN foi fundada em 19 de janeiro de 1990, quatro anos e meio após a criação do então Departamento Nacional dos Bancários (DNB-CUT), a primeira entidade nacional construída pela categoria depois que o regime militar de 1964 destruiu as organizações de luta dos bancários e dos trabalhadores. O DNB-CUT foi precursor da Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), à qual a Fetec é filiada.

“Quando a nossa Federação foi criada, os bancários e os trabalhadores também enfrentavam uma conjuntura difícil, com o governo Collor impondo as primeiras políticas neoliberais ao país e o sistema financeiro implementando uma reestruturação produtiva que reduziu a categoria bancária à metade na década de 1990. Resistimos, de lá para cá alcançamos muitas conquistas com grandes mobilizações e é o que continuaremos a fazer com a força e a capacidade de luta da categoria”, conclui o presidente da Fetec-CUT/CN.

O que é a Fetec-CUT/CN

Ratificada por um congresso interestadual da categoria realizado em março de 1991, em Cuiabá, a Federação representa todos os bancários dos Estados de Mato Grosso, Rondônia, Acre, Roraima, Distrito Federal, Pará, Amapá, da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride) e das cidades de Rondonópolis (MT) e Região Sul, de Dourados (MS) e Região, Barra do Garças (MT) e Região e de Campo Grande (MS) e Região.

Até a criação da Fetec-CUT/CN, os bancários desses Estados eram representados pela Federação do Estado de São Paulo, com sede em São Paulo (SP), e pela Federação dos Bancários do Norte-Nordeste, com sede em Fortaleza (CE). A enorme distância geográfica da sede, o desconhecimento das necessidades dos bancários da região Centro Norte aliado à ausência de representatividade nas estruturas de deliberação dessas respectivas federações, provocaram um distanciamento político-sindical entre os sindicatos e uma insatisfação quanto ao encaminhamento das campanhas salariais.

A Fetec-CUT/CN nasceu em oposição a essa situação, orgânica dentro da CUT, com o objetivo de organizar e representar a categoria na região Centro Norte, fortalecendo a unidade nacional e as lutas dos bancários.

O primeiro presidente da Federação Centro Norte foi Valfran dos Anjos (03/1991 a 11/1993), Orenicy Francisco (11/1993 a 11/1996 e 11/1996 a 11/1999), Leoni Philippsen (11/1999 a 11/2002 e 11/2002 a 11/2005) e Sonia Rocha (11/2005 a 04/2008 e 04/2008 a 04/2011). José Avelino está desde 2011 na presidência da Fetec-CUT/CN, que renovará a direção no 10º Congresso, que será realizado em abril próximo.



<http://www.feteccn.com.br/noticia/fetec-cutcn-completa-nesta-quinta-27-anos-de-lutas-e-conquistas/>



Acontecendo



Reunião do Coletivo Nacional

6 de fevereiro, das 9h às 17h

Escola Pio XI (R. Pio XI, 1100 - Alto da Lapa - São Paulo)

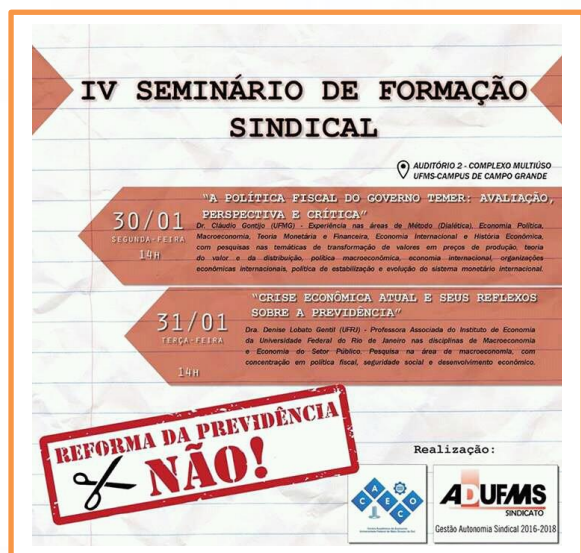


Filme: Eu, Daniel Blake



Após sofrer um ataque cardíaco e ser desaconselhado pelos médicos a retornar ao trabalho, Daniel Blake (Dave Johns) busca receber os benefícios concedidos pelo governo a todos que estão nesta situação. Entretanto, ele esbarra na extrema burocracia instalada pelo governo, ampliada pelo fato dele ser um analfabeto digital. Numa de suas várias idas a departamentos governamentais, ele conhece Katie (Hayley Squires), a mãe solteira de duas crianças, que se mudou recentemente para a cidade e também não possui condições financeiras para se manter. Após defendê-la, Daniel se aproxima de Katie e passa a ajudá-la.

Trailer: https://www.youtube.com/watch?v=ob_uqy1aouk



Entrevista sobre a Terceirização concedida à TV Senado pela Secretária Nacional de Relações de Trabalho da CUT, Graça Costa, e pelo Dr. Carlúcio Coelho.

Assista em:

<https://www.youtube.com/watch?v=McK3bgYEssQ&list=PLLNytnGogibJew70n5axZnPSQTW634f&index=6>

BOLETIM inFORMATIVO

TUXAUA
SECRETARIA DE FORMAÇÃO

EXECUTIVA

José Avelino Barreto Neto
Presidente

Sérgio Luiz Campos Trindade
Vice-presidente

Marly Terezinha Ferreira
Secretaria Geral

Cleiton dos Santos Silva
Secretário de Administração e Finanças

Juliano Rodrigues Braga
Secretário de Assuntos Jurídicos

Sonia Maria Rocha
Secretária Org. do Ramo Financeiro

Jacy Afonso de Melo
Secretário de Formação Sindical

Jair Moraes Gomes
Secretário de Imprensa e Divulgação

Sebastião Tavares de Oliveira
Secretário de Relações e Políticas Sindicais

Márcio Ramos Saldanha
Secretário de Relações Institucionais

Conceição de Maria Costa
Secretária de Saúde e Condições de Trabalho

Clever Bonfim
Secretária de Política de Igualdade

Edvaldo Franco Barros
Secretário de Bancos Privados

André Matias Nepomuceno
Secretário de Bancos Públicos

Edson Azevedo dos Anjos Gomes
Secretário de Política Socioambiental

Raul Lídio Pedroso Verão
Secretário de Cooperativas de Crédito

Maria Aparecida Sousa
Secretária da Mulher

Rose Lidyane Ramos de Souza
Secretária da Juventude

Manoel Parreira Matos
Secretário de Combate ao Racismo

O que é Tuxaua?

Tuxaua é um termo indígena cujo significado varia conforme a tribo. Entre os *sateré-mawé*, por exemplo, o grau de influência política de um tuxaua oscila segundo inúmeros critérios, como seu conhecimento sobre o tempo dos antigos (história e mitologia de sua gente), sua capacidade como orador, seu grau de generosidade, sua habilidade para conduzir os problemas internos de sua comunidade e a tônica de suas relações com os agentes da sociedade, como patrões e políticos locais.

Tuxaua, também é sinônimo daquele que observa, articula, fomenta e motiva as capacidades pessoais e coletivas de seu povo.

A liderança do Tuxaua se caracteriza pela forma consensual como é exercida. É antes de tudo um articulador das intenções do grupo e coordenador das atividades. Portanto, tem que conviver e administrar as outras instâncias de liderança que coexistem em seu espaço de vida e atuação. É, então, o articulador e mobilizador das pessoas as quais lidera e representa.

Tuxaua foi escolhido como nome deste Boletim para homenagear a população indígena, presente e representativa no Centro-norte do Brasil e que tanto tem a nos ensinar sobre organização, respeito mútuo, liderança e articulação de ações.

O Boletim tem por objetivo estimular o debate, socializar informações e agendas, especialmente as de formação, dos sindicatos filiados à FETEC-CN/CUT.

Boletim InFormativo da Secretaria de Formação FETEC-CUT/Centro Norte

Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 2254, Ed. American Center. Sala 1209 – Bairro Jardim
Aclimação – Cuiabá – MT
Fone: (65) 3363 6600

E-mail: tuxaua@feteccn.com.br

